



**COMO**

---

**SE TORNAR**

---

**ARQUEÓLOGO**

---

**NO BRASIL**

**PEDRO PAULO  
FUNARI**

Departamento de História  
Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas  
Universidade Estadual  
de Campinas  
E-mail:  
[pedrofunari@sti.com.br](mailto:pedrofunari@sti.com.br)

## INTRODUÇÃO

**P**ara que se possa tratar da formação do arqueólogo, é necessário, antes, definir a identidade do arqueólogo. Em um contexto mais amplo, pode afirmar-se que o estudo da arqueologia varia muito, em diferentes tradições universitárias. Nos Estados Unidos, a maioria dos arqueólogos é constituída de antropólogos, já que a antropologia, normalmente, ali incorpora áreas como a lingüística e a arqueologia. Isso significa uma formação básica em antropologia, voltada para o estudo do outro, os antropólogos estudando os índios vivos e os arqueólogos os mortos. Mesmo nos Estados Unidos, contudo, há também arqueólogos com outras formações, como é o caso dos arqueólogos clássicos, que estudam as civilizações grega e romana, cujo estudo liga-se às letras clássicas, à história e à história da arte, em medidas variadas, segundo a tradição de cada instituição. Há, ainda, os arqueólogos oriundos da orientalística (egiptólogos, assiriólogos), dos estudos bíblicos (a chamada “arqueologia bíblica”) ou das mais variadas disciplinas, como a biologia ou a geologia (cf. Taylor 1948:11). A outra grande vertente produtora de arqueólogos, a escola europeia, é ainda mais multifacetada. Em termos gerais, os arqueólogos europeus, pré-historiadores, classicistas ou medievalistas formam-se na tradição histórico-filológica de origem alemã. Em alguns centros, a arqueologia é parte da história da arte, em outros relaciona-se à história ou às línguas, raramente

Agradeço aos seguintes colegas: Warwick Bray, Adriana Schmidt Dias, Fábio Favarsani, Norberto Luiz Guarinello, Siân Jones, Alexandros-Phaidon Lagopoulos, Randall McGuire, Daniel Miller, Walter Alves Neves, José Luiz de Morais, Francisco Naelli, Nanci Vieira Oliveira, Laurent Olivier, André Prous, José Alberione dos Reis, Michael Shanks, Peter Stone, Elizabete Tamanini, Christopher Tilley, Bruce G. Trigger. A responsabilidade pelas idéias, naturalmente, restringe-se ao autor.

faz parte da antropologia. Os britânicos foram os que levaram mais adiante a independência epistemológica da disciplina, criando diversos cursos de graduação em arqueologia, exceção tão mais notável quando, tanto na Europa como nos Estados Unidos, costuma-se reservar-se à formação em arqueologia o caráter de uma especialização, após uma educação universitária mais genérica.

A formação do arqueólogo no Brasil insere-se, pois, no contexto mais amplo esboçado. Não há uma única tradição acadêmica universal e tampouco, no Brasil, haveria que buscar uma unidade que alhures inexistente. Não se pode, entretanto, fazer um balanço da formação do arqueólogo no país sem analisar, ainda que brevemente, a história da disciplina em nosso meio e o ambiente acadêmico no qual ela se desenvolve (Funari 1997). A arqueologia acadêmica brasileira é recentíssima, o número de arqueólogos profissionais reduzidíssimo e os centros de formação pouco numerosos. Além de descrever as vicissitudes da formação de arqueólogos no Brasil, hoje, este artigo pretende contribuir para a discussão do seu aprimoramento, visando inserir a arqueologia brasileira no âmbito mais amplo da arqueologia mundial.

## A ARQUEOLOGIA NO QUADRO DA ACADEMIA BRASILEIRA

A sociedade brasileira, patriarcal, dominada por uma estrutura social hierárquica secular, produziu muito tardiamente a universidade, séculos depois das primeiras congêneres hispano-americanas. A universidade brasileira, desenvolvendo-se a partir da década de 1930, viria a ter algumas características estruturais, derivadas do próprio caráter restritivo à liberdade intelectual da sociedade nacional, ainda presentes entre nós. Florestan Fernandes, um dos nossos primeiros acadêmicos, advertia, antes do golpe militar de 1964, que “o intelectual se torna, literalmente, um *escravo do poder*. Se ele tentar o contrário,

corre o risco de sofrer pressões muito violentas e de ser eliminado da arena intelectual” (Fernandes 1975:85). Segundo outro decano da ciência nacional, Milton Santos, “buscar o novo é perigoso”, resultado da falta de valorização do mérito intelectual propriamente dito:

“Eu acho que o meio intelectual no Brasil é, até certo ponto, opaco, no sentido de que a vida acadêmica não se caracteriza pela existência de um mercado acadêmico. As pessoas nascem, crescem, evoluem e morrem no mesmo universo. Então, a idéia de competição se compromete e o sistema de referências é igualmente doméstico. É muito autocentrado e funciona, com frequência, em detrimento de uma emulação mais ampla” (Santos 1998:6).

O compadrio, generalizado, chega aos editoriais dos jornais (*Folha de S. Paulo* 1997a), levando a que as pesquisas confirmem o discurso do poder, tanto das autoridades políticas como acadêmicas, perpetuando, de forma acrítica, aquilo que Bourdieu (1988:777) chama de senso comum acadêmico. Predomina um sistema universitário dominado por um mandarinato autocrático e medíocre, a busca desenfreada pelo micropoder dos cargos por parte daqueles que nada sabem, como se expressava Santiago (1990). Esse sistema não se origina na academia mas, ao contrário, reflete a própria estrutura social brasileira. A palavra corporação aparece em quase todas as análises críticas da academia brasileira (e.g. Comparato 1993; Miceli 1995:3), e criam-se neologismos para descrever essa realidade: “os buroprofessores, quer dizer, aqueles indivíduos que, sai um, entra outro, mas é o mesmo grupo, que são pessoas inúteis porque esses pró-reitores, quase todos, são pessoas inúteis, um estorvo à produção intelectual” (Santos 1999:25). A dissociação entre progressão na carreira e a competência, que inclui titulação, mas não se limita a ela (Goldemberg 1992), compõe um quadro pouco alentador de uma época “hostil à crítica e ao dissenso” (Barros e Silva 1997). Neste contexto, quando mais da

metade das bolsas concedidas pelo CNPq não resultam em defesas de tese, não há surpresa (*Folha de S. Paulo* 1997b).

A academia brasileira padece, portanto, de deficiências estruturais, de origem histórica clara. Um sistema universitário surgido no seio de uma sociedade tão hierarquizadora e infensa à liberdade de oportunidades não poderia deixar de refletir essas características dominantes (Funari 1997a, com literatura). Durante o período de jugo militar, em particular, os aspectos mais deletérios de uma academia servil ao poder produziram resultados que ainda nos atormentam. O compadrio, associado a um poder discricionário, pôde levar o controle discursivo ao paroxismo, instituindo, em algumas áreas, uma limitação severa ao desenvolvimento da ciência. Com a abertura e, em especial, com o restabelecimento dos civis ao poder, a liberdade acadêmica rediviva logo começou a produzir reflexões críticas e menos acomodadas (Batista 1997).

Este pano de fundo permite, agora, refletir sobre o desenvolvimento da arqueologia em nosso meio. A arqueologia pré-acadêmica tem longa trajetória no Brasil, desde seus primórdios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século passado. Contudo, apenas no pós-Segunda Guerra Mundial ensaia-se o início da arqueologia acadêmica, graças às iniciativas de Paulo Duarte, fundador da Universidade de São Paulo, político, intelectual e humanista, sob cuja égide surge a Comissão de Pré-História, que se transformaria no Instituto de Pré-História, à imitação do IPH de Paris. Assim, *ab initio*, a arqueologia começa a penetrar o espaço universitário como atividade de pós-graduação, ao menos no sentido de que se trataria de atividade a ser desenvolvida pelo pesquisador após sua formação universitária, em área, de algum modo, ligada à arqueologia. Nesse primeiro momento, com a chegada dos franceses, com A. Laming Emperaire à frente, enfatizavam-se as técnicas de campo e laboratório, como se a arqueologia fosse pouco mais do que uma *tekhné*, à maneira francesa, muito distante, pois, das *Wissenschaften* que compunham o saber

(*Wissen*) acadêmico. Uma primeira consequência dessa formação inicial foi a dissociação entre pesquisa empírica e interpretação. Assim, ainda que bem-intencionada, a arqueologia humanista ressentia-se da falta de ambições epistemológicas que lhe dessem espessura acadêmica no interior tanto da universidade brasileira como, principalmente, internacional.

Estes primeiros arqueólogos acadêmicos formados no Brasil foram logo acompanhados por uma nova leva, resultado da incursão, pós-golpe militar de 1964, de Betty Meggers e Clifford Evans e da constituição de um programa nacional de pesquisas arqueológicas (Pronapa). Não seria o caso, nesta ocasião, de retomar as discussões sobre o imbricamento do esquema pronapiano com o regime de força (cf. Funari 1995; Funari 1998), mas de ressaltar o tipo de formação arqueológica que estava sendo introduzido no país (1). Os clássicos da literatura arqueológica norte-americana não eram conhecidos, nem os desenvolvimentos mais recentes. Assim, Walter W. Taylor (1948:44) e sua luta por uma arqueologia autônoma havia sido ignorado, como tinha sido o apelo, então recente, de Binford (1962), em direção a uma arqueologia processual. Prevalencia, na formação dos arqueólogos liderados por B. Meggers, a constatação devastadora de Binford (1984:15) de que o “arqueólogo de campo escavador fica a discutir o teor alcoólico da pinga nos bares das redondezas” (cf. Funari 1987). No entanto, os defensores do Pronapa interpretaram essas limitações, de maneira pouco crítica, como tendo sido um treinamento orgânico, fomentador de centros de pesquisa, um verdadeiro período de ouro da arqueologia nacional (e.g. Schmitz 1989:47; Dias 1995:35; Lima 1998:25) (2). A formação intelectual propugnada pela equipe de Meggers não bebia do imenso manancial americano (3), que poderia ter aberto os horizontes daqueles que seriam considerados, às expensas dos arqueólogos formados pelos franceses, os fundadores da Arqueologia universitária nacional. Os resultados dessa formação foram muitos, da falta de autocrítica (Prous

1 Recentemente, Cristiana Barreto (1999) considerou “falsa qualquer tentativa de caracterizar uma politização da disciplina para este período como o faz Funari (1992b)”. A casação de Paulo Duarte e seu afastamento da direção do Instituto de Pré-História, em 1969, as sucessivas reuniões de Betty Meggers e Clifford Evans e as autoridades políticas, não só acadêmicas, impostos pela ditadura, o apoio oficial de órgãos do Estado, como o CNPq, a ascensão acadêmica, com destaque na arqueologia, de personagens cuja vinculação com altos hierarcas do regime militar era explícita, até mesmo por laços matrimoniais, mostram que não houve politização da disciplina, mas uma explícita relação, em nada científica, entre arqueólogos e o poder político discricionário. Nesse sentido, não se pode entender o uso de um adjetivo como “falsa” senão como uma tentativa de impor, apenas com recursos discursivos apodícticos, um ponto de vista que serve para “livrar a cara” daqueles que estiveram profundamente envolvidos com o arbítrio. Sobre o poder do *esprit de corps* de intelectuais que participaram de regimes de força, veja-se o caso de Vichy, estudado por Sonia Combe (1996), em diversos aspectos similar à situação brasileira. Suas palavras conclusivas merecem ser citadas, referindo-se aos intelectuais: “*unless they are careful, run the risk of letting themselves be guided by functional imperatives serving both the production of consensus and social integration*”. This was Jürgen Habermas’ warning to German historians. He was a non-historian, as his opponents never stopped emphasizing, whose vigilance had launched the Historikerstreit and who, on that occasion, was surprised to discover among scientists the attitudes of “political men engaged in conflict” (Habermas 1988: 57).

2 Cf. Schmitz (1989:47): “Faz pouco mais de vinte anos que a Arqueologia brasileira começou a receber verbas públicas e a desenvolver ambiciosos programas exploratórios, acompanhados de um treinamento mais orgânico do pessoal”; Dias (1995: 35): “A implantação do Programa representou um salto quantitativo e qualitativo para a arqueologia brasileira. Sua implementação possibilitou que, em apenas cinco anos, fossem levantados mais de 1.500 novos

sítios arqueológicos, enquadrados em um modelo cronológico e espacial de que carecia a Pré-História brasileira... O Pronapa também foi responsável por fomentar a multiplicação de centros de pesquisa arqueológica no país, que passaram a formar um número cada vez maior de pesquisadores qualificados; compare-se com Lewgoy (1997:248), Noelli (1999), neste artigo e com Walter Alves Neves (comunicação pessoal, 1999): "a primeira geração de arqueólogos profissionais brasileiros não tem formação teórica nenhuma". Diversos arqueólogos engajaram-se no discurso do poder, saudando o regime militar e seu desenvolvimentismo; cf. Meneses (1968:43): "a importância que se vem atribuindo [sc. nos anos imediatamente anteriores a 1968] à Universidade como fator de desenvolvimento".

3 Cf. Lewgoy (1997:248): "Pelos depoimentos de nossos informantes, percebemos que os ensinamentos passados pelos representantes do Smithsonian resumiram-se a técnicas de coleta e interpretação de dados, tendo sido desprezados deste intercâmbio a oferta global de orientações teórico-metodológicas, bem como o espectro de problemáticas de pesquisa disponíveis nos Estados Unidos à época".

4 Neves (1998:628): "no excavation profiles, or the actual artefact composition of each leve are presented. One has to wait the full publication of the Pronapaba reports". Note-se que as pesquisas na Amazônia, referidas por Neves, estão completando trinta anos!

5 A importância da compilação de corpora era já bastante conhecida na arqueologia europeia, como ressalta Wheeler (1956:211): "The advantages of a scholarly corpus or yardstick need no further emphasis and the extension of the corpus system is certainly no less urgent now than it was in Petrie's day". Haiganuch Sarian, há anos, tem propugnado a necessidade de se publicarem corpora também para o material arqueológico pré-histórico brasileiro (sobre o papel de Sarian na formação de arqueólogos brasileiros, cf. Funari 1997b).

6 Prous (1994:20) descreve a Sociedade de arqueologia Brasileira com palavras fortes: "SAB, dont la structure hiérarchisée a permis de contrôler les destinées de l'archéologie du pays". Um tal domínio não se entenderia fora do contexto de uma sociedade hierarquizada, sob jugo de uma ditadura; cf. Pereira (1998:64).

1994:11) à despreocupação com publicações (Neves 1998:628) (4), da ausência de corpora (cf. Wheeler 1956:211) (5) à execução de levantamentos oportunistas e escavações injustificadas, sem planejamento (Neves 1988:204).

Uma terceira vertente arqueológica surgiu, àquela época. A arqueologia clássica, surgida por iniciativa do professor Eurípides Simões de Paula (Duarte 1994:163-4), diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no quadro de um plano mais amplo de expansão da Faculdade, em geral, e das línguas clássicas em particular. De início encarada como mera "ciência auxiliar da História, longe, bem longe de ser um fim em si mesmo", parte da história da arte (Meneses 1965:22), a arqueologia clássica assumiu uma importância insuspeitada de início. A inserção da arqueologia clássica brasileira na ciência universal significou uma formação intelectual abrangente. A formação de quadros nesse campo da arqueologia permitiu que, pela primeira vez, arqueólogos brasileiros dirigissem projetos de pesquisa internacionais, publicassem livros e artigos no exterior, dando uma visibilidade internacional à arqueologia brasileira (cf. Funari 1997). A formação menos restrita desses arqueólogos acabou por resultar em que a própria arqueologia de temas americanos fosse desenvolvida por arqueólogos de formação clássica, cujo melhor exemplo, ao menos em termos de divulgação científica da arqueologia, talvez seja o volume de Norberto Luiz Guarinello (1994), o livro mais vendido sobre arqueologia pré-histórica, em toda a história (cf. Funari 1996; Favarsani 1997).

Após essa fase inicial, que abrange o período dos anos 1950 e 1960, a arqueologia brasileira insere-se na reforma universitária implantada pelos militares. A pós-graduação brasileira passou a seguir o sistema americano, com mestrados e doutorados, e a formação em arqueologia continuou a ser uma especialização posterior à graduação, com a exceção do curso, nunca reconhecido pelo MEC, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Os arqueó-

logos que surgiram nas três vertentes apontadas, acrescidos de alguns estudiosos estrangeiros, como André Prous e Gabriela Martín, constituíram os quadros que estabeleceriam a formação em arqueologia nas décadas de 1970 e 1980. Enquanto nas ciências humanas, em geral, buscava-se uma formação intelectual menos descritiva e mais crítico-analítica (Janotti e Mesgravis 1980: 9), a arqueologia empirista, único discurso associado ao poder, impunha, por mecanismos hierárquicos comuns às sociedades patriarcais (cf. Collis 1997:11), mas aqui levados ao paroxismo pelo regime de arbítrio, uma formação infensa a leituras interpretativas. Sempre houve quem lesse, quem buscasse sair desse marasmo, mas só podia fazê-lo por sua conta e risco (Noelli 1999). Não se pode subestimar o sufocamento das vocações, pois as hierarquias permitiam que se expulsassem da universidade aqueles que não se conformassem, como ocorreu com o notável caso de Walter Neves e Solange Caldarelli (reportado em Prous 1994:12; e em Funari 1999), nem a institucionalização de uma hierarquia infensa ao mérito facilitou a formação de novos arqueólogos (6). Na maioria dos casos, bastava algo muito mais insidioso, a internalização da submissão, pois se sabia que "à volta de um grande e frondoso carvalho, nada cresce", nas palavras de Norberto Luiz Guarinello (informação pessoal, 1999), a respeito de um dos mandarins da arqueologia no Brasil. Não se buscou criar massa crítica, formando novos estudiosos, o que explica, em parte, que muitos dos pais fundadores pronapianos tenham tido tão poucos alunos, sendo que, ainda hoje, "na maioria das instituições brasileiras há um processo de sufocamento de novas vocações", nas palavras de Francisco Noelli (informação pessoal, 1999) (7).

As duas últimas décadas testemunharam transformações radicais em um quadro que parecia pouco promissor para a arqueologia brasileira. Warwick Bray (1994:6), quando discursou ao assumir a cátedra de Arqueologia Americana no Instituto de Arqueologia de Londres, ressaltou que os melhores resultados acadêmi-

cos derivam do incentivo à variedade de linhas de pesquisa e à não aceitação do discurso da autoridade do intelectual sem obra e, no caso brasileiro, a multiplicidade resultante da democracia só teve resultados positivos (Lafer 1996:9) (8). Os centros de formação de arqueólogos multiplicaram-se pelo país, entendendo-se formação em seu sentido pleno, como *Bildung*. De fato, o empirismo que esteve subjacente à primeira leva de arqueólogos acadêmicos fez com que se igualasse arqueologia e escavação. Entenda-se escavação no sentido de trabalho de campo, não todo o processo que começa com um problema, que se desenvolve em um projeto de intervenção no campo, que gera artefatos a serem estudados, que implica publicações, que, enfim, produz conhecimento. Este sentido de escavação, como parte de um processo de conhecimento (*Welterkenntnis*), não pode prescindir de aspirações interpretativas. Por outro lado, como ressaltaram, recentemente, dois grandes arqueólogos da atualidade, Michael Shanks e Randal McGuire (1996:79), Gordon Willey e V. Gordon Childe, dois dos mais influentes arqueólogos de todos os tempos, raramente escavaram, o que está a demonstrar que a formação do arqueólogo não pode descuidar da reflexão.

Já se disse que os arqueólogos são pouco numerosos no Brasil, talvez trezentos, para um país de dimensões continentais, de população elevada, com centenas de milhares de estudantes universitários. Isso se explica, em parte, pelo fato de a arqueologia não ser um curso oferecido na graduação, com uma única exceção. A graduação em arqueologia oferece as vantagens de uma especialização precoce mas pode ser uma armadilha, caso o curso não esteja bem articulado a áreas de conhecimento afins, em particular a história, a antropologia, mas também a geografia, a biologia ou, até mesmo, a literatura, a fotografia (e.g. Olivier 1999), o jornalismo (e.g. Cotter 1999:8), para mencionar apenas algumas. Os bons cursos de graduação em arqueologia no exterior não deixam de inserir-se nas ciências afins e o mesmo princípio deveria

ser válido para o Brasil. Em geral, no entanto, a formação do arqueólogo dá-se na pós-graduação. Nesse caso, há duas grandes vertentes, a majoritária inclui a arqueologia em um curso de história, de antropologia ou de outra ciência. Na tradição européia, predomina a ligação com a história, em direta ligação com a herança de Childe (cf. Trigger 1984:295; Funari 1997c) (9). Dessa forma, o arqueólogo, seguindo a tradição dominante, tanto na Europa como nos Estados Unidos, toma contato com uma plethora de áreas, já que a própria arqueologia é multidisciplinar (Ucko 1994: xiv). A outra vertente, minoritária, forma arqueólogos em programa de pós-graduação próprio.

Os programas de pós-graduação majoritários, que acolhem a formação em arqueologia, permitem que os arqueólogos tomem contato direto com a epistemologia de uma outra ciência, o que pode revelar-se muito produtivo. Há, naturalmente, duas deficiências estruturais: uma tendência a incorporar a arqueologia como ciência auxiliar de outra, o que lhe tira a especificidade, e a falta de um estudo mais direcionado para a variedade de áreas com as quais a arqueologia se relaciona (Funari 1998). Assim, corre-se o risco de termos arqueólogos que nunca deixaram de ser geólogos ou historiadores, risco tanto maior quanto, às vezes, as únicas leituras e práticas do educando se restringiram, desde a graduação, àquela área de estudo. Perde-se, assim, a necessária consciência de que a arqueologia é, em sua essência, multidisciplinar (Silva e Noelli 1996). A pós-graduação em arqueologia, por sua parte, possui a virtude de apresentar um programa coerente de disciplinas voltadas para essa área. No entanto, uma deficiência estrutural consiste na falta de ênfase no caráter multidisciplinar da arqueologia, pois esse seu aspecto deveria implicar um currículo que enfatizasse o conhecimento, em primeira mão, das grandes teorias sobre o funcionamento e a transformação das sociedades, das formas de expressão, mas também do mundo físico e biológico. Na verdade, a própria compartimentação do co-

7 Cf. Neves (1988:209): "É evidente que, nesse caso, os centros de formação domésticos acabam funcionando justamente ao contrário, ou seja, acabam funcionando como um instrumento vil de perpetuação do modelo epistemológico hoje vigente na Arqueologia brasileira"; sobre os limites da liberdade acadêmica no Brasil, em geral, consulte-se Funari (1999a; 1999b); cf. Funari (1988c).

8 Cf. Milton Santos (1999): "A institucionalização crescente da vida universitária acaba por forjar uma teia, cada dia mais sólida e visível, em que o trabalho rasteiro é deixado a alguns assessores, que recrutam subserviências no baixo e médio clero, editando medidas ditas saneadoras da administração e das finanças, cujo resultado final é a limitação à liberdade do pensar e do dizer, enquanto, espertamente, autoridades superiores, cada vez mais comprometidas com os meios e mais descompromissadas com as finalidades da educação, inundam o mercado com discursos eloqüentes, mas vazios".

9 Cf. Wollfram (1986:9): "Der Begriff 'historierende' Archäologie zur Bezeichnung der Archäologie jener Jahrzehnte (1920 bis 1968) wurde gewählt, da V. G. Childe und seine Generation die Ansicht vertraten, die Archäologie sei Teil der Geschichtswissenschaften um ihr Ziel die Interpretation bzw. Rekonstruktion einzelner Ereignisse in der Vergangenheit".

nhecimento divide, de forma burocrática, unidades de conhecimento (McGuire 1992:4) e poder-se-ia propugnar, como se tem feito, que o estudo da cultura material – outro nome para a arqueologia – seja, *eo ipso*, multidisciplinar (Miller e Tilley 1996; e.g. Noelli 1996a; 1996b).

Os educandos não são vasos vazios a serem preenchidos com dados, mas como pensadores e agentes sociais (Shor 1986:422) devem ser capazes de decifrar o mundo à sua volta (Tragtemberg 1985:43) e, *a fortiori*, na Universidade deve-se, mais do que estudar, estudar para aprender a estudar, nas palavras de Gramsci (1979:154). Como disse, recentemente, o veterano arqueólogo norte-americano, John L. Cotter (1999:39), “os fatos qualquer um pode adquirir e aprendi que as pessoas podem ter acesso aos fatos elas mesmas, caso se interessarem o suficiente. O que se deveria fazer é tentar ajudá-las a organizar sua própria conceituação dos dados e o que farão com suas próprias vidas e carreiras, bem como abrir novas vias de pensamento”. Há pouco, Shanks (1997:395) propunha sete objetivos para a formação dos estudiosos da arqueologia e vale a pena transcrevê-los na íntegra:

“a) enfatizar a importância das ligações interdisciplinares; b) construção e debate teóricos, acompanhados de um compromisso com a prática arqueológica; c) um interesse no caráter peculiar das fontes arqueológicas; d) um interesse em algumas questões mais amplas da teoria social; e) pragmatismo e ecletismo mais valorizado do que uma suposta pureza teórica e ideológica; f) uma aceitação do pluralismo; g) um forte senso de criatividade da atividade arqueológica”.

As implicações de cada um desses itens para os nossos cursos de pós-graduação são claras e diretas. Os cursos devem incentivar a interdisciplinaridade, oferecendo um currículo que abranja disciplinas ligadas às diversas disciplinas formais. Os créditos obtidos no interior do curso devem ser complementados com boa porcentagem de

créditos externos. Não se pode dissociar a prática arqueológica da formação teórica, pelo que a prática de campo ou de laboratório nunca deveria preceder a formação mais abrangente. Os debates teóricos abrangem tanto as correntes da arqueologia, do antiquarianismo ao pós-processualismo, passando pelos modelos histórico-culturais e processual, esquemas de interpretação sempre ligados a momentos históricos específicos (10). No que se refere à arqueologia, a história da disciplina (Funari e Podgorny 1998:420), no mundo e no Brasil, assim como das correntes interpretativas, deve estar no centro da preocupação (cf. Trigger 1990:4 *et passim*). A especificidade das fontes materiais está a exigir um estudo próprio que, no entanto, não pode deixar de lado as reflexões de diversas ciências sobre o mundo material, da semiótica (11) à física (cf. Funari 1999b). A teoria social (12), entendida como o imenso universo de reflexões da sociologia, antropologia, história, filosofia e lingüística, encontra-se no âmago mesmo da arqueologia, ciência que estuda, afinal, a sociedade. Não se chega a compreender que estudiosos da sociedade nunca tenham lido Lévi Strauss, Weber, Durkheim, Braudel, Foucault ou Saussure, para citar alguns pensadores apenas.

Pragmatismo e ecletismo, palavras tão temidas entre aqueles que encaram a ciência como profissão de fé e formação de séquitos de cartilhas, constam, com destaque, na lista de Shanks. A ciência não se confunde com a religião, nem, menos ainda, com o partido político e, por isso mesmo, os cursos e suas linhas de pesquisa mais do que homogêneos, “coerentes” e uniformes, devem abranger um grande espectro de concepções (Funari 1999c). No caso da arqueologia, pragmatismo e ecletismo implicam, também, adotar terminologias vigentes, já que estão em uso, sem reificá-las, como se refletissem alguma realidade inefável, reconhecendo as críticas e limites dos rótulos classificatórios. Pureza ideológica não condiz com ciência. O pluralismo parte da aceitação da diversidade de práticas e teorias (cf. Neves 1991; Funari 1992),

10 Cf. Erich Fromm (1969:15): “Ideas have their roots in the real life of society”.

11 Um exemplo bastará: a arqueologia espacial, iniciada, com este nome, na década de 1960 e hoje travestida de arqueologia da paisagem, muito tem a interagir com a semiótica do espaço (cf. Lagopoulos 1998).

12 Entenda-se teoria, à maneira dos gregos, em seu sentido amplo, englobando tanto grandes quadros interpretativos, como mais prosaicas explicações, como as *middle range theories*; cf. crítica a estas últimas, em Wehler (1979a:17): “Jedermann wird vermutlich der Meinung beipflichten können, dass das Wort ‘Theorie’ in den letzten Jahren eine inflationäre Aufblähung erlebt hat. Nicht selten ist es an die Stelle von ‘plausibler Interpretation’ getreten, hat manchmal sogar nur ‘These’ gemeint oder genau das bezeichnet, was bei Droysen eine mehr oder minder gute ‘Fragestellung’ geheißen hätte”.

de campos de investigação e especialização, de vocações (Funari 1996b). A criatividade do educando expressa-se, assim, em sua capacidade de criar sua própria trajetória intelectual, pelo que a formação não é um aprendizado ou adestramento (*Unterrichtung*), mas uma verdadeira educação (*Erziehung*), desenvolvimento de uma capacidade interior de reflexão e ação críticas (cf. Funari 1996). Esse abrangente programa, proposto por Shanks, insere-se na sua constatação anterior de que a arqueologia, além do estudo do antigo (este o sentido primevo da palavra), deve ser, também, o estudo do poder, recuperando o sentido original da palavra *arkhé*, em grego (Shanks e Tilley 1987; cf. Funari 1990).

Tornar-se arqueólogo no Brasil possui, no entanto, particularidades que não foram mencionadas nos sete pontos tratados por Shanks. As especificidades da vida universitária em nosso meio, já acenadas, bem como a conturbada história recente do país e da arqueologia, em especial, fazem com que haja aspectos ainda a serem discutidos. Talvez tudo se possa resumir à constatação de Ovídio (Heroid. 2, 85), que *exitus acta probat*, transformado na quintessência do mundo anglo-saxão: “*the proof of the pudding is in the eating*” (13). Aqui, cabe uma digressão. Em um mundo social e acadêmico tão caracterizado pelas relações hierárquicas e tão infenso ao mérito, como é o nosso, todo tipo de distorção é possível. Já se mencionou, alhures, que o poder burocrático se concentra nas mãos dos que menos publicam (cf. Santos 1999b, em nota), que, em nossa universidade, é possível obter títulos acadêmicos “por decreto”, em triste herança dos tempos da cátedra. Nesse contexto, torna-se compreensível a referência à prova dos fatos. Tornar-se arqueólogo, neste artigo, significa tornar-se arqueólogo de verdade, no sentido forte da palavra, acadêmico, não poderoso, brilhante, admirado e temido, por falar (e pouco publicar) *ex auctoritate*. Em outras palavras, tornar-se um acadêmico requer desligar-se do poder paroquial e inserir-se na ciência universal. Para tanto, o primeiro requisito é instrumentalizar-se lingüística-

mente, em particular dominando a língua franca hodierna, o inglês (14).

Alguns propugnariam que, devido aos vícios, ao compadrio e ao paroquialismo local, melhor seria enviar os interessados a estudar no exterior e um argumento muito relevante é ressaltado: as pós-graduações na área estão em mãos da primeira geração de arqueólogos profissionais brasileiros, com uma formação teórica insuficiente para a orientação de doutoramentos (Neves, in: *Formação pessoal* 1999). À essa falta de conhecimentos teóricos, caberia acrescentar os efeitos deletérios da estrutura hierárquica que pouco contribui para que os doutorandos possam ultrapassar esses limites buscando inserir-se na ciência mundial de forma autônoma. Também se costuma lembrar que há exemplos de jovens PhDs cuja obra científica notabilizou-se desde cedo. De fato, não faltam exemplos de arqueólogos nessa situação, mas há que se considerar, em primeiro lugar, que nem todos aqueles que obtiveram título no exterior se notabilizaram por publicarem e formarem pesquisadores, quando voltaram ao Brasil, quanto mais não fosse porque o sistema burocrático não incentivava que o fizessem (cf. exemplos em Funari 1997b). Não se trata, pois, de obter um título no exterior, algo não tão difícil, mas ser capaz de produzir e interagir com a ciência universal, e isso poucos que foram ao exterior o fizeram. Nesse sentido, as limitações teóricas da primeira geração de arqueólogos profissionais já estão sendo superadas pelo número crescente de jovens pesquisadores que se titulam e passam a poder atuar na orientação, no próprio Brasil. Seu êxito, no entanto, dependerá, sempre, de saber inserir os doutorandos na ciência internacional.

Em outras palavras, titular-se no Brasil não exclui a preocupação em atuar na ciência internacional, como diversos exemplos em nosso meio arqueológico estão a demonstrar. Ademais, a solução dos títulos obtidos no exterior, estratégia ainda adotada em diversos países, que mandam seus melhores arqueólogos para cursarem a pós fora do país, não pode abranger um grande número de estudiosos, o que dificulta a

13 Cf. Wehler (1979b:60): “Das in der historischen Erzählung wenigstens zum Teil miteingebaute Erklärungsangebot finde ich im Vergleich mit expliziter, diskussionsfähiger historischer Theoriebildung wit unterlegen. In der Tat: the proof of the pie is in the eating”.

14 Cf. Olivier [informação pessoal, 1999]: “En ce qui me concerne, j'utilise l'Anglais comme 'lingua franca' qu'elle est désormais”; o jornal da *Adusp*, em seu número de julho de 1998 (p. 56), reproduziu uma sintomática notícia da *Nature* (9/4/98), que seria bastante pertinente ao caso brasileiro e que, por isso, merece ser transcrita: “Novo sistema de avaliação reduz o poder dos 'barões da ciência' na Itália. O novo sistema instituído na Itália tem privilegiado a qualidade dos projetos e reduziu bastante a pulverização de recursos que gerava uma distribuição ampla e, conseqüentemente, escassa de recursos por grupo de pesquisa. Alguns nomes bem conhecidos não conseguiram, pela primeira vez, renovar seus auxílios por falta de mérito científico. Os pedidos de auxílio devem ser apresentados tanto em inglês como em italiano, de maneira a permitir a participação de consultores externos” (grifo acrescentado).



formação de massa crítica, indispensável para que a ciência, de nível internacional, possa ser produzida em nosso próprio meio. Como quer que seja, o objetivo primeiro dos cursos de pós-graduação que formam arqueólogos só pode ser inserir seus quadros profissionais e seus alunos na ciência universal, utilizando-se, entre outros recursos, das chamadas “bolsas-sanduíche” (estágios de alguns meses no exterior), dos convênios de cooperação internacional, do patrocínio da vinda de professores estrangeiros. Nesse sentido, a arqueologia nacional avançou de forma significativa, pois não poucos arqueólogos estrangeiros têm estado em nosso país, ensinando graças ao apoio de órgãos brasileiros, como o CNPq e a Fapesp (15) e órgãos internacionais. Muitos jovens arqueólogos têm tido a oportunidade de estagiar no exterior, e a inserção da arqueologia brasileira no contexto internacional, em poucos anos, aumentou significativamente (16).

Após esta longa digressão, pode-se voltar à quintessência anglo-saxônica: *“the proof of the pudding is in the eating”*. Tornar-se arqueólogo, como, de resto, tornar-se um verdadeiro intelectual, em geral, depende da consciência de que nada substitui o conhecimento e que este não se confunde com poder burocrático. Os cursos de formação de arqueólogos, cada vez mais, têm tido que se adequar aos critérios de mérito universais, como é o caso da publicação das pesquisas, seu debate nas revistas arbitradas estrangeiras. Exemplos na arqueologia brasileira não faltam. Tornar-se arqueólogo também implica reconhecer que esta ciência tem sido reacionária, cultuando explicitamente as elites, explorando, muitas vezes, as maiorias e minorias oprimidas em benefício nada científico e puramente monetário, como é o caso, em muitas ocasiões, de bem pagas atividades de campo financiadas por grandes empresas (17). Contudo, não há pesquisa, nem mesmo pré-histórica, que esteja fora dos interesses da sociedade (Veit 1989:50), e a arqueologia pode ser profundamente humanista (Heckenberger, Neves e Peterson 1998:83), particularmente relevante para

uma sociedade multicultural (Giuliani 1995:91), sempre que atue com o povo (McGuire 1994:830). O engajamento do intelectual não lhe subtrai qualquer conhecimento, como alerta Bourdieu (1989:59; cf. Meyer 1990:135-6), ao contrário, pois “conhecer” é “saber com” os outros (18). Tornar-se arqueólogo inclui, assim, saber que não há trabalho arqueológico que não implique patrimônio e socialização do patrimônio e do conhecimento (Tamanini 1998). Tornar-se arqueólogo consiste em saber que qualquer escavação deve tornar-se uma publicação, acessível à comunidade científica. Significa saber que os artefatos não podem ficar abarrotando os depósitos, inéditos. Para tanto, em diversos países, há regulamentos públicos que apenas permitem que os arqueólogos desenvolvam novos projetos se publicarem tanto o relato da escavação quanto o material arqueológico recolhido. Tornar-se arqueólogo implica considerar que a patrimonialização dos objetos é parte integrante do ofício arqueológico (19). Nesse sentido, a formação do arqueólogo, em nosso meio, ainda é muito deficitária, pois pouca atenção se tem dado, em termos estruturais, a esses aspectos, considerados, às vezes, estranhos à própria disciplina, enquanto, mundo afora, a arqueologia pública se encontra em expansão e a arqueologia e a educação não são mais dissociáveis (cf. Funari 1994; Funari 1996, ambos com extensa literatura).

Tornar-se arqueólogo no Brasil hoje, portanto, apresenta diversos caminhos possíveis. Começa-se a discutir a possibilidade de cursos de bacharelado em arqueologia, com anos iniciais em uma ciência afim e a conclusão do curso de graduação, com a obtenção do título de “bacharel em arqueologia”, ao final de quatro ou cinco anos. Outra possibilidade em estudo consiste em uma especialização, com menção explícita, no diploma de graduação, à arqueologia. Estas discussões, ainda incipientes, ligam-se à regulamentação da profissão e à criação de conselhos regionais de arqueologia. Pelo momento, no entanto, tornar-se arqueólogo acadêmico passa pela pós-graduação e, mesmo que as propostas em dis-

15 Um bom exemplo, recente e entre outros, refere-se à vinda de Siân Jones, com apoio da Fapesp e da British Academy, tendo ensinado na pós-graduação da Unicamp, cujos alunos puderam tomar contato com obras suas inéditas, como seu livro, publicado em 1997, ano em que esteve aqui. Dessa forma, pôde discutir-se uma obra cujas qualidades fariam com que fosse, em menos de dois anos, resenhada nas principais revistas internacionais e brasileiras.

16 Em 1991, terminava artigo constatando que três passos se faziam necessários: “1. To know, debate, exchange ideas and integrate archaeology with other social sciences; 2. To integrate Brazilian archaeology with archaeology as practised everywhere else in the world; 3. To adopt a Code of Ethics...to prevent archaeology being used against indigenous minorities and other oppressed people, and to prevent the return of political persecution within or outside academic life” (Funari 1991:128; cf. em castelhano, Funari 1992:64-5).

17 Trata-se de algo universal, como assinalaram McGuire e Walker (1999), mas cujos contornos, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, tornam-se dramáticos. Recentemente, Noelli (e.g. 1994;1995; 1996c) tem produzido diversos estudos contundentes a respeito. Em um artigo sobre a formação do arqueólogo no Brasil, não caberia desenvolver este tema, que merece uma reflexão específica. Registre-se, no entanto, que o único critério universalmente aceito para a chamada arqueologia de contrato consiste na produção científica que deve resultar de qualquer atividade contratada por uma empresa, o que nem sempre ocorre no Brasil. A formação de iniciantes na arqueologia nesse ambiente pode ser, portanto, bastante inadequada, pois o que se tem que aprender é a produzir ciência, o que nem sempre é o caso na arqueologia de contrato.

18 *Conscientia*, “saber com”, implica na interação social.

19 Um dos motivos de se desconsiderar o aspecto patrimonial da arqueologia advém da noção estreita, defendida por alguns, de que “a Arqueologia não é o estudo de objetos, de coisas” (Meneses 1980:6), o que descaracteriza a inevitável ligação entre a arqueologia e a apropriação dos artefatos pela sociedade.

cussão venham a ser adotadas, é difícil conceber um profissional da arqueologia que não venha a continuar seus estudos na pós-graduação. Para o jovem iniciante, assim, as perspectivas são muito variadas, de acordo com as escolhas que venha a efetuar. Tornar-se arqueólogo acadêmico, objeto primeiro deste artigo, não promete uma remuneração fabulosa, mas oferece oportunidades excepcionais para refletir sobre a sociedade, para agir com a comunidade em prol tanto da preservação do passado como para a transformação do pre-

sente (e.g. Tomazela 1999). Permite que se intervenha na educação, fazendo com que milhões de brasileiros tenham um contato mais profundo e menos parcial com sua própria história. Incentiva os futuros arqueólogos a integrarem-se à ciência mundial, tornando seus contatos com o exterior uma experiência dinâmica. Assim, apesar dos percalços e das dificuldades, pode concluir-se que, aceitando os seus desafios, tornar-se arqueólogo acadêmico, no Brasil, abre horizontes e oferece oportunidades únicas.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, C. 1999 Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. In: Funari, P. P. A.; Neves, E. G. e Podgorny, I. (eds.), *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/Fapesp, São Paulo, no prelo.
- Barros e Silva, F. 1997 Jô vira a "vaca sagrada" das elites. *Folha de S. Paulo*, 9/3/97, TV, p.2.
- Batista, P. N. 1997 Um cidadão anacrônico. *Folha de S. Paulo*, 16/1/1997, 2, p.2.
- Binford, L. R. 1984 *In pursuit of the past*. Academic Press, Nova York.
- Bourdieu, P. 1988 Vive la crise! For heterodoxy in social sciences. *Theory and Society* 17: 773-87.
- \_\_\_\_\_. 1989 The corporativism of the universal: the role of intellectuals in the modern world. *Telos* 81: 99-110.
- Bray, W. 1994 Why study ancient America. *Bulletin of the Institute of Archaeology* 31: 5-24.
- Collis, J. 1997 Ravenna was all very nice, but... *The European Archaeologist* 8: 2-4.
- Combe, S. 1996 Reason and Unreason in today's French Historical Research. *Telos* 108: 149-64.
- Comparato, F. K. 1993 As nulidades triunfantes. *Folha de S. Paulo*, 19/9/93, 1, p. 3.
- Cotter, J. L. 1999 A conversation with John L. Cotter (interview to Daniel G. Roberts). *Historical Archaeology* 33, 2: 6-50.
- Dias, A.S. 1995 Um projeto para a Arqueologia Brasileira: breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do CEPA* 22: 25-39.
- Duarte, P. 1994 Pela Dignidade Universitária. *Idéias* 1: 159-79.
- Faversani, F. 1997 Resenha de Guarinello. *Idéias* 4: 305-8.
- Fernandes, F. 1975 Entrevista. *Trans/form/ação* 2: 5-86.
- Folha de S. Paulo 1997a USP, teses e compadrio. *Folha de S. Paulo*, 13/10/1997, 1, p.2.
- Folha de S. Paulo 1997b O pacote na universidade. *Folha de S. Paulo*, 17/11/97, 1, p. 2.
- Fromm, E. 1969 *You shall be as gods. A radical interpretation of the Old Testament and its tradition*. Fawcett, Nova York.
- Funari, P. P. A. 1987 *Arqueologia*. Ática, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1988c Poder, posição e imposição no ensino de História antiga: da passividade forçada à produção de conhecimento. *Revista Brasileira de História* 15: 257-64.
- \_\_\_\_\_. 1990 Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. *Revista de Pré-História* 7: 203-9.
- \_\_\_\_\_. 1991 Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. *World Archaeological Bulletin* 5: 122-32.
- \_\_\_\_\_. 1992a Resenha de W. A. Neves (org.), "Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo* 2: 150-1.
- \_\_\_\_\_. 1992b La Arqueología en Brasil: política y academia en una encrucijada. In: Politis, G. (ed.),

- Arqueología en América Latina Hoy*, pp. 70-87. Banco Popular, Bogotá.
- \_\_\_\_\_. 1994 Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In: Stone, P.G. e Molineaux, B.L. (eds), *The Presented Past, Heritage, museums and education*, pp. 120-36. Routledge, Londres.
- \_\_\_\_\_. 1995 Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: Ucko, P. (ed.), *Theory in Archaeology, A world perspective*, pp. 236-50. Routledge, Londres.
- \_\_\_\_\_. 1996 Considerações em torno das "Teses sobre Filosofia da História", de Walter Benjamin. *Crítica Marxista* 1,3: 45-53.
- \_\_\_\_\_. 1996a Resenha de Guarinello. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* 11: 139.
- \_\_\_\_\_. 1996c La educación vocacional y la enseñanza de la historia en Brasil. *Revista Formación Docente Continua* 2,2: 88-96.
- \_\_\_\_\_. 1997 Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. *Boletim do CPA* 3: 83-97.
- \_\_\_\_\_. 1997a Pós-Graduação: encruzilhadas atuais. IFCH-Unicamp, Campinas.
- \_\_\_\_\_. 1997b European archaeology and two Brazilian offspring: classical archaeology and art history. *Journal of European Archaeology* 5, 2: 137-48.
- \_\_\_\_\_. 1997c Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. *International Journal of Historical Archaeology* 1: 189-206.
- \_\_\_\_\_. 1998a *Teoria Arqueológica na América do Sul*. IFCH-Unicamp, Campinas.
- \_\_\_\_\_. 1998b Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: Funari, P. P. A. (ed.), *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, pp. 7-34. IFCH-Unicamp, Campinas.
- \_\_\_\_\_. 1999a Academic freedom in Brazil in a global perspective. *Academe* 85, 4: 22-4.
- \_\_\_\_\_. 1999b Liberdade acadêmica no Brasil. *Jornal da Ciência Hoje* 25/6/99, p. 10.
- \_\_\_\_\_. 1999c Lingüística e Arqueologia. *DELTA, Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* 15: 161-76.
- \_\_\_\_\_. 1999d Por uma graduação em História crítica e pluralista. *História e Ensino*, no prelo.
- \_\_\_\_\_. 1996b Pluralism and divisions in European archaeology. *Journal of European Archaeology* 4: 384-5.
- \_\_\_\_\_. e Podgorny, I. 1998 Is archaeology only ideologically biased rhetoric? *European Journal of Archaeology* 1, 3: 416-24.
- Giuliani, L. 1995 Multiculturalismo e Arqueologia da cidade. *Cidade* 2, 3: 88-91.
- Goldemberg, J. 1992 As universidades federais. *O Estado de S. Paulo*, 14/10/92, p. 2.
- Gramsci, A. 1979 *Gli intellettuali*. Riunite, Roma.
- Guarinello, N. L. 1994 *Os primeiros habitantes do Brasil*. Atual, São Paulo.
- Habermas, J. 1988 *Devant l'histoire*. Éditions du Cerf, Paris.
- Heckenberger, M. J., Neves E. G. e Peterson, J. B. 1998 De onde surgem os modelos? As origens e expansões tupi na Amazônia central. *Revista de Antropologia* 41, 1: 70-96.
- Janotti, M. L. M. e Mesgravis, L. 1980 *Coletânea de Documentos Históricos para o Primeiro Grau*. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, São Paulo.
- Jones, S. 1997 *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*. Routledge, Londres.
- Lafer, C. 1996 A informação e o saber. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 11/2/96: 9-10.
- Lagopoulos, A. Ph. 1998 Spatial discourses: origins and types. *Semiotica* 119: 359-402.
- Lewgoy, B. 1997 Notas para a História da Antropologia no Rio Grande do Sul (1940-1969). *Horizontes Antropológicos* 3, 7: 239-51.
- Lima, T. A. 1998 Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia* 5: 19-28.
- McGuire, R. 1992 *A Marxist Archaeology*. Academic Press, San Diego.
- \_\_\_\_\_. 1994 Archaeology and the first Americans. *American Anthropologist* 94, 4: 816-36.
- McGuire, R. e Walker, M. 1999 Class confrontations in Archaeology. *Historical Archaeology* 33 1: 159-83.
- Meneses, U. T. B. 1965 Sentido e função de um Museu de Arqueologia. *Dédalo* 1: 19-26.
- \_\_\_\_\_. 1968 Museu e Universidade. *Dédalo* 8: 43-9.
- \_\_\_\_\_. 1980 O objeto material como documento. Texto datilografado, aula ministrada em curso sobre "Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas". Condephaat, São Paulo.

- Meyer, G. 1990 Nouveaux défis pour les universités. *Ciência e Cultura* 42, 2: 118-37.
- Miceli, S. 1995 Arte e dinheiro. *Folha de S. Paulo*, Jornal de Resenhas 4/9/95, p. 3.
- Miller, D. e Tilley, C. 1996 Editorial. *Journal of Material Culture* 1: 5-14.
- Neves, E. G. 1998 20 years of Amazonian archaeology (1977-1997). *Antiquity* 72: 625-32.
- Neves, W. A. 1988 Arqueologia Brasileira, algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4, 2: 200-5.
- \_\_\_\_\_. 1991 *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Noelli, F. S. 1994 Indígenas e áreas de conservação: a polêmica continua. *Boletim Agir Azul* 9: 4.
- \_\_\_\_\_. 1995 Os indígenas do sul do Brasil podem contribuir para a recomposição ambiental? *Boletim Agir Azul* 10: 4.
- \_\_\_\_\_. 1996a Os Jê do Brasil meridional e a Antigüidade da agricultura: elementos da Linguística, Arqueologia e Etnografia. *Estudos Ibero-Americanos* 22,1: 13-25.
- \_\_\_\_\_. 1996b A ocupação do espaço na terra indígena Apucarana-Paraná: elementos para uma reflexão interdisciplinar. *Revista do CEPA* 20, 24: 27-36.
- \_\_\_\_\_. 1996c Buscando alternativas aos problemas das áreas indígenas do RS: resposta a um ambientalismo anti-holístico. *Boletim Agir Azul* 12: 4.
- Olivier, L. 1999 Photographie, archéologie et mémoire. *European Journal of Archaeology* 2, 1: 107-15.
- Pereira, A. W. 1998 "Persecution and farce": the origins and transformation of Brazil's political trials, 1964-1979. *Latin American Research Review* 33, 1: 43-104.
- Prous, A. 1994 L'archéologie brésilienne aujourd'hui. *Recherches Brésiliennes*, Bézanson: 9-43.
- Santiago, T. 1990 A Faculdade de Filosofia de Assis. *Tribuna da Imprensa*, 28/9/1990, p.35.
- Santos, M. 1998 Buscar o novo é perigoso. *Jornal do Brasil*, 26/12/1998, Idéias, p. 6.
- \_\_\_\_\_. 1999a Entrevista. *Caros Amigos* 23, fevereiro: 22-9.
- \_\_\_\_\_. 1999b A vontade de abrangência. *Folha de S. Paulo*, Mais! 5, p.3.
- Schmitz, P. I. 1989 Política arqueológica brasileira. *Dédalo Publicação Avulsa* 1: 47-52.
- Shanks, M. 1997 Archaeological theory: what's on the agenda? *American Journal of Archaeology* 101: 395-99.
- Shanks, M. e Tilley, C. 1987 *Re-constructing archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Shanks, M. e McGuire, R. 1996 The craft of archaeology. *American Antiquity* 61, 1: 75-88.
- Shor, I. 1986 Equality is excellence: transforming teacher education and the learning process. *Harvard Educational Review* 56: 406-26.
- Silva, F. A. e Noelli, F. S. 1996 Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a Etnografia, Etno-História e Arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos* 22, 1: 5-12.
- Tamanini, E. 1998 Museu, Arqueologia e poder público: um olhar necessário. In *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, organizado por P. P. A. Funari, pp. 179-220. IFCH-Unicamp, Campinas.
- Taylor, W. W. 1948 *A Study of Archaeology*. American Anthropological Association, Pennsylvania.
- Tomazela, J.M. 1999 Menores carentes restauram Santana do Parnaíba. *O Estado de S. Paulo*, 27/6/99, C, p. 8.
- Tragtemberg, M. 1985 Relações de poder na Escola. *Educação e Sociedade* 20: 40-5.
- Trigger, B.G. 1984 Archaeology at the crossroads: what's new? *Annual Review of Anthropology* 13: 275-300.
- \_\_\_\_\_. 1990 *A history of archaeological thought*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Ucko, P. 1994 Foreword. In: Bond, G. C. (ed.), *Social Construction of the Past, Representation as power*, pp. xiii-xv. Routledge, Londres.
- Veit, U. 1989 Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. In: Shennan, S. (ed.), *Archaeological approaches to cultural identity*, pp. 35-56. Unwin Hyman, Londres.
- Wehler, H.-U. 1979a Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft. In: Kocka, J. e Nipperdey, T. (eds.), *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, pp. 17-39. DTV, Munique.
- \_\_\_\_\_. 1979b Fragen and Fragwürdiges. In: Kocka, J. e Nipperdey, T. (eds.) *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, pp. 57-60. DTV, Munique.
- Wheeler, M. 1956 *Archaeology from the earth*. Penguin, Harmondsworth.
- Wolfram, S. 1986 *Zur Theoriediskussion in der prähistorischen Archäologie Grossbritanniens*. BAR, Oxford.